



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

**PORTARIA Nº 134/2016-CGJ/AM**

**O Excelentíssimo Senhor Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amazonas,**

No uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o disposto na portaria 106/2016-CGJ/AM, publicada no DJE de 25 de julho de 2016, bem como o decurso do prazo estipulado na aludida portaria;

**CONSIDERANDO** a constante e impositiva necessidade de fiscalização e controle dos serviços extrajudiciais prestados pelos notários e registradores do Estado do Amazonas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de transmissão dos selos utilizados pelo Tabelião de Notas e Registro de Contratos Marítimos da capital com data de utilização anterior a 19/08/16;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de transmissão, até 21/08/16, dos selos livres e não utilizados, adquiridos através do antigo portal pelo Tabelião de Notas e Registro de Contratos Marítimos da capital;

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DETERMINAR** ao Tabelião de Notas e Registro de Contratos Marítimos da capital que encaminhe à Divisão de Controle e Fiscalização do Serviço Extrajudicial da CGJ/AM, através de mídia digital, todos os selos livres e não utilizados, acompanhado de ofício próprio, relacionando a numeração de todos os selos entregues, para fim de conferência e reembolso de crédito.

**Art. 2º. DETERMINAR** ao Tabelião de Notas e Registro de Contratos Marítimos da capital que informe à CGJ/AM, até o dia 31/08/2016, a utilização de qualquer selo, oriundo do antigo portal, após 18/08/16, solicitando – se for o caso – autorização para o envio a destempo. Ressalte-se que o uso de selo sem autorização, após o prazo determinado (18/08/2016), ensejará a aplicação de penalidades.

**Art. 3º. ESTIPULAR** que o crédito dos selos livres só será disponibilizado após a transmissão e entrega de todos os selos remanescentes e após a constatação de que os selos utilizados foram regularmente transmitidos, dentro do prazo estipulado (21/08/2016), através do portal [www.seloam.com.br](http://www.seloam.com.br).

**Art. 4º. FIXAR** o prazo de até o dia 31/08/2016 para entrega dos selos remanescentes.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

---

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**CUMRA-SE, COMUNIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.**

Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 22 de agosto de 2016.

**Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY**  
Corregedor-Geral de Justiça